

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS *VERSUS* PROPOSTA DA FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE PARA O ENSINO DA CASP: SIMILARIDADE OU DISSIMILITUDE?

ACCOUNTING CURRICULUM VERSUS PROPOSAL FROM THE BRAZILIAN FOUNDATION OF ACCOUNTING FOR GOVERNMENT ACCOUNTING EDUCATION: SIMILARITY OR DIFFERENCE?

GÉSSICA ISRAELE ALVES SILVA

*Faculdade Independente do Nordeste. Endereço: Rua Laudionor Brasil, 278,
Centro | 45107-000 | Vitória da Conquista/BA | Brasil.*

<http://orcid.org/0000-0001-5223-6670>

gessicaisraele@gmail.com

KLEBER DA SILVA CAJAIBA

*Faculdade Independente do Nordeste. Endereço: Avenida Deputado Luiz
Eduardo Magalhães, 1305 | Vitória da Conquista/BA | Brasil.*

<http://orcid.org/0000-0001-9025-9216>

klebercajaiba@fainor.com.br

RAISSA SILVEIRA DE FARIAS

*Universidade de São Paulo. Endereço: Av. Bandeirantes, 3.900, Monte Alegre
| 14040-905 | Ribeirão Preto/SP | Brasil.*

<http://orcid.org/0000-0001-9722-442X>

farias.issa@usp.br

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar, comparativamente, as disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e correlatas, ministradas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis de universidades federais, e os preceitos da matriz curricular proposta pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC). O estudo pautou-se em metodologia descritiva, de natureza qualitativa e análise documental de conteúdo. A amostra foi composta pelas grades curriculares, ementas e planos de ensino de todas as 36 universidades públicas federais, situadas nas cinco regiões geográficas brasileiras, que oferecem o curso de Ciências Contábeis, sendo: cinco da Região Centro-Oeste; dez da Região Nordeste; cinco da Região Norte; dez da Região Sudeste; e, seis da Região Sul. Os achados indicam que o nível de conformidade é baixo. Percebeu-se um claro déficit comparativo na quantidade de horas dedicadas às disciplinas que compõem a formação do conhecimento necessário para atuação dos futuros contadores na área pública e pouca transparência dos objetivos incutidos em cada disciplina. Considerando o alto nível de complexidade inerente à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, recém-convergidas ao setor público brasileiro, seria desejável que as escolas de graduação se aproximassem desses padrões, que são afeitos ao modelo da FBC. A distância de similaridade entre as propostas das universidades da amostra e a proposta da FBC, medida neste estudo, permite questionamentos a respeito das instituições de ensino ofertarem, ou não, conteúdos suficientes e atualizados, em quantidade e qualidade, que facilitem a obtenção de habilidades e competências esperadas de contadores e possibilitem uma atuação eficiente do futuro profissional na área contábil pública.

Submissão em 18/01/2019. Revisão em 08/03/2019. Aceito em 25/03/2019. Publicado em 23/04/2019.

Palavras-chave: Graduação em Ciências Contábeis. Universidades Públicas Federais. Programas de Disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Similaridades com FBC.

ABSTRACT

The purpose of this article was to analyze, comparatively, the disciplines of Government Accounting and correlates, taught in the undergraduate courses in Accounting of Federal Universities, and the precepts of the Accounting Curriculum proposed by the Brazilian Accounting Foundation. The study was based on descriptive methodology, of qualitative nature and documental analysis. The study sample consisted of curricular grades and teaching plans of 36 federal public universities, located in the five geographic regions of Brazil. The findings allowed us to infer that the level of compliance is low. There is a clear deficit in the number of hours dedicated to the subjects that compose the knowledge formation necessary for the performance of the future accountants in the public area and few transparency of the objectives in each subjects. Considering the high level of complexity inherent in the application of the International Accounting Standards, newly converged to the public sector, it is salutary that the graduate schools approach these standards. The distance of similarity measured in this study does not allow the assertion that there is sufficient and updated content, in quantity and quality, that facilitates the acquisition of skills and competences expected from accountants and enables an efficient performance of the future professional in the public accounting area.

Keywords: Graduation in Accounting. Federal Public Universities. Accounting Discipline Programs Applied to the Public Sector. Similarities to FBC.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, várias propostas de reformas voltadas à Contabilidade Aplicada ao Setor Público aconteceram em todo o mundo (IFAC PSC, 1994; Christiaens, 2004; Torres, 2004; Ridder, Bruns & Spier, 2005; Goddard, 2005; Galera & Bolívar, 2007). O cenário brasileiro insere-se nesse contexto, passando por consideráveis mudanças práticas e conceituais, que, desde 2008, vêm sendo implementadas a partir da iniciativa legal de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade. No setor público, esse processo acentuou-se em 2010 com adaptações para a realidade nacional das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) – convertidas em Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP).

Os princípios trazidos para as NBCASP priorizam a sociedade como primordial usuário das informações sobre o patrimônio público, evocando, em primeiro grau, o regime de competência para elaboração e divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) e oferecendo melhores possibilidades de interpretação do que a abordagem demasiadamente orçamentária antes priorizada (Santos & Castro, 2015; CFC, 2016).

Nesse diapasão, a justa execução das recentes alterações conceituais contábeis sugere formação de excelência aos contadores e torna ainda maior a responsabilidade das instituições de ensino superior (IES) no desenvolvimento de habilidades e competências esperadas de tais profissionais. Entre outros fatores importantes, as escolas de graduação em Contabilidade devem oferecer conteúdos programáticos atualizados e coerentes com as necessidades do setor público, para que seus egressos possam desempenhar de maneira apropriada suas atividades laborais.

Em consonância à Resolução CNE/CES n.º 10/04 (2004), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, e a fim de contribuir para o ensino superior contemporâneo da contabilidade, a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), em 2017, publicou por livro uma proposta de matriz curricular, focando: os componentes

curriculares, a carga horária, ementas, objetivos, conteúdos programáticos e sugestões de referências, evidentemente contemplando a atuação do contador na área pública (Carneiro *et al.*, 2017).

A FBC, em 2007 e 2009, já havia emitido oficialmente propostas nacionais de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis que serviram como parâmetro comparativo em estudos relacionados às grades curriculares e ao rendimento de graduandos, ou seja, considerando a relevância da opinião da fundação em assuntos relativos à educação em Contabilidade, artigos anteriores analisaram de forma comparativa a similaridade entre ementas curriculares de cursos brasileiros e as propostas de conteúdos então emitidas pela FBC. No entanto, verifica-se que os focos de investigação ficaram restritos a regiões específicas do Brasil, ou abrangeram outras áreas da contabilidade, que não a pública (Soares & Domingues, 2010; Viana, Tamer, Abbud & Lima, 2012; Cruz, Batista, Andrade & Bruni, 2013; Rodrigues, 2013; Alves, 2014; Faria & Leal, 2016; Silva, Miranda & Pereira, 2017).

O presente estudo visa contribuir com a literatura no campo do ensino em Contabilidade, especificamente para a área governamental, promovendo pesquisa de amplitude amostral nacional, por regiões, e discutindo os níveis de conformidade das universidades federais em relação à recente proposta da FBC para uma adequada formação de contadores. O trabalho se propôs responder a seguinte questão: os conteúdos programáticos para o ensino da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), em universidades federais, estão em conformidade com a proposta de matriz curricular da FBC?

Assim, o objetivo foi analisar, comparativamente, as disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e correlatas, ministradas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, e os preceitos da matriz curricular proposta pela FBC. Para tanto, estudaram-se as ementas de 36 universidades, utilizando como parâmetro de comparação a frequência das disciplinas na matriz curricular, a carga horária, o período em que são ofertadas, o conteúdo abordado em cada disciplina e o seu objetivo. A amostra representa exatamente o total de universidades federais que oferecem o curso de Ciências Contábeis, 57,14% do total das universidades federais, e 18,09% do total das universidades brasileiras, conforme dados do INEP (2019).

Este estudo está estruturado em cinco seções. Após a introdução ora apresentada, aborda-se o referencial teórico, onde se encontram os fundamentos que deram suporte à análise dos resultados. Na terceira seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos empregados para realização do estudo. Em seguida, são apresentadas as análises dos resultados encontrados, em paralelo à literatura. E, por fim, as conclusões dos autores por meio das considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção discorre-se sobre o ensino da CASP no Brasil, bem como sobre a proposta de ementa curricular da FBC e os estudos anteriores e correlatos, com enfoque no primeiro.

2.1 Ensino da Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Em 1945 surgiu o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais por meio do Decreto-Lei nº. 7.988, de 22 de Setembro de 1945. Em sua primeira edição, a matriz curricular do curso tinha como disciplinas específicas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública, Revisões e Perícia Contábil. O curso era proposto com duração de quatro anos, e concedia o título de bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes (Peleias, Silva, Segreti & Chiroto, 2007).

As motivações e finalidades da criação do ensino contábil no Brasil foi foco de estudo de Silva e Oliveira (2016), os quais verificaram que os componentes relacionados à Contabilidade Pública foram surgindo lentamente nas matrizes curriculares dos cursos. A este ritmo lento

atribuiu-se como determinante o fato das graduações terem sido fortemente direcionadas ao ensino das relações comerciais privadas. As primeiras abordagens e preocupações dos cursos com o setor público foram voltadas à prestação de contas do investimento e orçamento público, ancorando-se em conhecimentos afins, como economia, administração e finanças.

Hoje, a CASP tem como objetivo fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social (Tesouro Nacional, 2013).

No Brasil, a CASP está passando por grandes mudanças, com vistas à padronização em nível internacional dos procedimentos contábeis, no intuito de aumentar a transparência, permitindo comparabilidade entre entes, a adequada consolidação das contas públicas e a instrumentalização do controle interno, externo e social (STN, 2015). De acordo com Nascimento, Santos, Zittei & Arnosti (2015), tais mudanças conceituais percebidas tiveram início em 2004, por meio da Portaria nº. 37, emitida pelo CFC, que instituiu um grupo de estudos com o objetivo de propor Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) alinhadas às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*).

Em 2016 o CFC emitiu a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – que foi a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e norteia toda a contabilidade pública. “Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social” (CFC, 2016). Desde então, outras 21 normas foram publicadas pelo conselho, submetendo as administrações públicas federal, estaduais, distritais e municipais, e suas repartições da administração direta e indireta, a uma aproximação dos princípios contábeis aplicáveis às instituições privadas.

2.2 Proposta de conteúdos da FBC para o ensino da CASP

Araújo (2012) percebeu que há uma preocupação por parte dos contabilistas públicos brasileiros em se adequar às novas exigências e normativos e que há a necessidade de atualização e capacitação por parte dos profissionais envolvidos na execução da CASP.

Nesse sentido, Bemfica, Araújo, Santos Neto & Bemfica (2016), concluíram que ainda restam muitas medidas a serem adotadas na adequação do ensino diante do processo de convergência contábil, e que os coordenadores são os principais agentes representantes das instituições na proposição de melhorias no ensino da contabilidade, incluindo a área pública.

Considerando o fervor no processo de aderência brasileira às normas internacionais, e no intuito de colaborar para o aperfeiçoamento da ciência contábil, da capacitação e qualificação dos profissionais, a FBC emitiu em 2017 uma proposta de Matriz curricular para o Curso de Ciências Contábeis, como sugestão para que as IES pudessem utilizar como parâmetro. A proposta curricular oferece contribuição para a melhoria ou homogeneização das matrizes curriculares nacionais, tendo em vista as habilidades e competências esperadas dos profissionais contábeis na atualidade. A proposta, que não é de utilização obrigatória, pode ser aplicada aos projetos pedagógicos, programas e regulamentos de cada IES, no todo ou em parte, nas modalidades presencial e à distância (Carneiro *et al.*, 2017).

A matriz curricular sugerida propõe duas disciplinas relacionadas à CASP: Finanças Públicas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com carga horária de 60 e 120 horas, respectivamente. Propõe ainda, conteúdo programático, ementa e objetivos para cada componente.

Os conteúdos que compõem a disciplina Finanças Públicas, são: Teoria das Finanças Públicas; Planejamento do Setor Público; Orçamento Público; e Responsabilidade Fiscal. A disciplina CASP é composta pelos seguintes aspectos: Estrutura conceitual da Contabilidade

Aplicada ao Setor Público; Patrimônio Público; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil; e Demonstrações Contábeis do Setor Público (Carneiro *et al.*, 2017).

Quanto aos objetivos desses componentes, destaca-se: 1) **Finanças Públicas**: Compreender os fundamentos e os princípios que norteiam a formulação e implementação do atual arcabouço institucional e das práticas de gestão das finanças públicas no Brasil, a partir do reconhecimento dos principais instrumentos adotados no ciclo de gestão dos recursos públicos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Programação Financeira Anual. Entender as principais definições e classificações relacionadas com receita e despesa públicas (Carneiro *et al.*, 2017, p. 116); e 2) **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: Compreender o arcabouço conceitual da CASP para geração de informações que orientem a tomada de decisão, contribuindo para o controle social e para a transparência do setor público (Carneiro *et al.*, 2017, p. 120).

A publicação de uma nova proposta de matriz curricular, mirando a formação de base dos contadores, adveio da preocupação com a dificuldade percebida em muitos profissionais no momento de lidar com questões conceituais e essenciais para a aplicação das normas internacionais, endossadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), tanto no ambiente empresarial privado, quanto no setor público (Carneiro *et al.*, 2017).

2.3 Estudos anteriores e correlatos ao ensino da CASP

Após discorrer sobre o ensino da CASP e apresentar a proposta de matriz curricular desenvolvida pela Fundação Brasileira de Contabilidade, neste tópico serão expostos alguns estudos empíricos sobre esse ensino e as relações entre as matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis e a proposta da FBC.

Soares e Domingues (2010) analisaram as ementas da disciplina Contabilidade Pública das instituições de ensino superior que compõem o Sistema ACADE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), no estado de Santa Catarina. Os achados permitiram indicar que, na amostra estudada, o ensino da disciplina estava eivado de aspectos normativos importantes para a formação do profissional contábil, tendo em vista que a atuação na área pública está vinculada a uma carga muito grande de regramentos. A conformidade do conteúdo das IES, em relação à proposta nacional, era baixa, principalmente, nos conceitos relacionados a licitações e aos controles externos e internos.

Viana *et al.* (2012) analisaram a adequação dos conteúdos programáticos de dez universidades e faculdades do Amazonas, que ofertam o curso de Ciências Contábeis, quanto às NBCASP. Os resultados demonstraram um índice baixo de adesão às NBCASP, aquém da realidade sugerida pelos organismos públicos e distanciada da proposta da FBC para as disciplinas.

Rodrigues (2013) analisou se os conhecimentos de Contabilidade Pública, constantes dos projetos pedagógicos de 28 IES que oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis de IES do Rio Grande do Sul, atendem ao que é proposto por organismos reguladores, além das normas contábeis específicas aplicadas ao setor público. Os resultados revelaram que as instituições atendiam de forma significativa às proposições da proposta curricular da FBC (79,08%) e aos itens das NBCASP (72,40%).

Nota-se uma discrepância nos resultados dos estudos relacionados, dificultando uma análise geral, uma vez que foram elaborados em períodos e locais distintos do Brasil. O presente estudo busca auxiliar nesse aspecto, na medida em que se propõe a pesquisar universidades federais em todas as regiões do Brasil.

Em estudo realizado por Silva, Miranda e Pereira (2017), evidenciou-se que os currículos acadêmicos das instituições públicas do tipo universidade têm maior proximidade com os conteúdos da proposta de currículo da FBC, se comparadas às instituições particulares. No entanto, evidenciam também que, de forma geral, os currículos brasileiros do curso de Ciências Contábeis são bastante divergentes da proposta curricular da FBC. Os pesquisadores advertem, ainda, que o

maior alinhamento à referida proposta tende a estar associado a maiores notas no Enade, o que valoriza a iniciativa da FBC enquanto parâmetro para novas revisões curriculares no Brasil.

3 METODOLOGIA

O objetivo deste estudo é analisar, comparativamente, as disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e correlatas, ministradas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis em universidades federais brasileiras, e os preceitos da matriz curricular proposta pela FBC. Para tanto, classifica-se esse estudo, conforme Creswell (2010), como descritivo, de natureza qualitativa e análise documental.

Segundo Raupp e Bauren (2006), muitos estudos na área contábil utilizam a pesquisa descritiva para delinear aspectos ou comportamentos de determinada população. A abordagem qualitativa visa destacar características que, na quantitativa, não é possível perceber.

Segundo Gil (2002), para analisar os fatos e confrontar a visão teórica com os dados da realidade, é necessário determinar os procedimentos técnicos da pesquisa, quais sejam: bibliográfico, documental, *ex-post facto*, levantamento e o estudo de caso. Assim, o presente estudo utilizou a análise documental como procedimento técnico, uma vez que os dados utilizados não receberam tratamento analítico, podendo ser reelaborados de acordo com o objeto e o objetivo da pesquisa.

A amostra do estudo foi composta por todas as 36 universidades públicas federais, que possuem o curso de Ciências Contábeis, sendo cinco (13,89%) da Região Centro-Oeste, dez (27,78%) da Região Nordeste, cinco (13,89%) da Região Norte, dez (27,78%) da Região Sudeste e seis (16,66%) da Região Sul, conforme Tabela 1.

Tabela 1
Amostra do estudo

REGIÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	CIDADES
CENTRO-OESTE	Universidade da Grande Dourados (UFGD)	Dourados
	Universidade de Brasília (UNB)	Brasília
	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Goiânia
	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	Cuiabá
	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Campo Grande
NORDESTE	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Salvador
	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	João Pessoa
	Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Maceió
	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	São Cristóvão
	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Benfica
	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	São Luís
	Universidade Federal do Pernambuco (UFPE)	Recife
	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Teresina
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Natal
	Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)	Mossoró
NORTE	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Porto Velho
	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Boa Vista
	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Manaus
	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Belém
	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Palmas
SUDESTE	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Vitória
	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Niterói
	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Juiz de Fora
	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Belo Horizonte
	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Rio de Janeiro

	Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)	São João del-Rei
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Uberlândia
	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Viçosa
	Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	Diamantina
	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	São Paulo
SUL	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Rio Grande
	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Curitiba
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Porto Alegre
	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Florianópolis
	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Santa Maria
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR)	Pato Branco

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Os dados coletados compreenderam as ementas das disciplinas de CASP e correlatas, bem como seus objetivos e cargas horárias. O acesso aos sites das 36 universidades federais analisadas permitiu a localização de um total de 61 ementas, 35 objetivos, 30 conjuntos de conteúdos programáticos, duas súmulas e sete descrições de competências e habilidades esperadas. A coleta ocorreu no período de 14 de fevereiro a 12 de março de 2018, por meio de consulta aos endereços eletrônicos das universidades públicas federais (Tabela 1).

Como parâmetro de análise, utilizou-se as ementas das disciplinas Finanças Públicas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público, propostas na matriz curricular para Cursos de Ciências Contábeis pela FBC, cujo conteúdo apresenta para **Finanças Públicas**: Teoria das Finanças Públicas; Planejamento do Setor Público; Orçamento Público; e Responsabilidade Fiscal; e, para **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Patrimônio Público; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil; e Demonstrações Contábeis do Setor Público (Carneiro *et al.*, 2017).

A análise dos dados, visando determinar o nível de aderência das universidades públicas federais à proposta de matriz curricular da FBC, teve como base o critério utilizado por Viana *et al.* (2012), qual seja: a universidade pública federal analisada poderia receber até oito pontos, um ponto para cada conteúdo da matriz curricular padrão, contemplado pela disciplina da amostra analisada. Assim, ao apresentar tópico sugerido pela FBC, a instituição recebeu um ponto e zero quando não atendeu à proposta.

Adicionalmente, foi verificada a conformidade entre os objetivos dos componentes curriculares das universidades e aqueles contidos na matriz curricular proposta pela FBC. O parâmetro de comparação foi os objetivos das disciplinas: 1) **Finanças Públicas**: Compreender os fundamentos e os princípios que norteiam a formulação e implementação do atual arcabouço institucional e das práticas de gestão das finanças públicas no Brasil, a partir do reconhecimento dos principais instrumentos adotados no ciclo de gestão dos recursos públicos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Programação Financeira Anual. Entender as principais definições e classificações relacionadas com receita e despesa públicas; 2) **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: Compreender o arcabouço conceitual da CASP para geração de informações que orientem a tomada de decisão, contribuindo para o controle social e para a transparência do setor público (Carneiro *et al.*, 2017).

A análise dos objetivos obedeceu ao mesmo critério de determinação de conformidade utilizado para as ementas, ou seja, se detectada similaridade atribuiu-se pontuação 1 (um) para a universidade, em caso de não conformidade atribuiu-se 0 (zero).

Na análise da carga horária das disciplinas ofertadas pelas universidades públicas federais, utilizou-se como parâmetro a carga horária apresentada na matriz curricular proposta pela FBC. Para tanto, somou-se as cargas horárias dos dois componentes: Finanças Públicas – 60 horas e CASP – 120 horas, totalizando 180 horas.

Por último, nos documentos disponibilizados pelas universidades federais, observaram-se os dados relacionados aos semestres em que as disciplinas são ofertadas. Para uma melhor

apresentação dos resultados, utilizaram-se os anos como medida de tempo, sendo o primeiro ano (primeiro e segundo semestres), segundo ano (terceiro e quarto semestres), terceiro ano (quinto e sexto semestres), quarto ano (sétimo e oitavo semestres) e quinto ano (nono e décimo semestres).

A análise dos documentos disponibilizados pelas universidades públicas federais, tais como: ementas, objetivos, conteúdos programáticos, carga horária, semestre de oferta da disciplina e frequência das disciplinas nas matrizes curriculares foram realizadas com o intuito de atingir o objetivo da pesquisa, e serão apresentadas na seção a seguir.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Conteúdo das ementas por região geográfica

A primeira análise proposta busca comparar as ementas das universidades públicas federais à matriz curricular proposta pela FBC, com enfoque à região geográfica, conforme apresentado na Tabela 2. Ressalta-se que, das 36 universidades estudadas, três não apresentavam a ementa em seus sites, sendo então desconsideradas nesta análise, são elas: UFMS, UFPB e UFPI.

Os dados apresentados mostram que o maior número de instituições que atende aos quesitos propostos pela FBC localiza-se nas Regiões Norte e Nordeste, sendo três em cada região, as quais atingiram pontuação máxima (oito pontos). A valorização da Contabilidade Pública na Região Nordeste é evidenciada por Reis, Slomski, Pereira & Mello (2007), em estudo realizado a respeito da pesquisa brasileira nesse assunto. Os autores concluíram que a Região Nordeste possui o maior número de trabalhos aplicados nessa área.

Dentre as características apresentadas pelas disciplinas ofertadas nas Regiões Norte e Nordeste, pode-se concluir que ocorrem entre o quarto e o sexto período do curso e a metade possui carga horária inferior às 180 horas sugeridas pela FBC.

Em comparação às demais regiões, a Região Sudeste foi a que apresentou as mais baixas pontuações, indicando três universidades com apenas quatro pontos na avaliação de conformidade. Tal resultado pode estar atrelado ao fato da baixa oferta de disciplinas relacionadas à CASP, devido à região ter a maior concentração de produtividade empresarial do país, o que pode influenciar numa preocupação maior das instituições em capacitar os estudantes para a área privada.

Reis *et al.* (2007), ao analisarem a distribuição geográfica dos estudos relativos à Contabilidade do Setor Público, sugeriram que as características da economia de cada região influenciam o ensino da contabilidade e a produção científica associada.

Percebe-se que, entre os conteúdos propostos, como mostra a Tabela 2, destacaram-se em nível de similaridade os tópicos: 5. Estrutura Conceitual da CASP, 7. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e escrituração contábil, e 8. Demonstrações Contábeis da CASP, por serem recorrentes em 31 aparições, cada. Esses tópicos são voltados para a CASP, ou seja, as universidades públicas federais analisadas estão mais preocupadas em conceituar a CASP, discutir as contas utilizadas e prover os futuros profissionais com conhecimentos sobre as Demonstrações Contábeis.

Em relação às Finanças Públicas, podemos notar que são poucas as universidades que abordam as teorias das finanças e o planejamento no setor público. Por outro lado, os tópicos: 3. Orçamento Público; e 4. Responsabilidade Fiscal mostraram-se mais aparentes.

Tabela 2

Conformidade das ementas das universidades públicas federais à matriz curricular proposta pelo FBC

REGIÃO	EMENTAS DAS IES	Finanças Públicas				Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)				TOTAL POR UNIVERSIDADE FEDERAL
		1. Teoria das Finanças Públicas	2. Planejamento do Setor Público	3. Orçamento Público	4. Responsabilidade Fiscal	5. Estrutura Conceitual da CASP	6. Patrimônio Público	7. PCASP e escrituração contábil	8. Demonstrações Contábeis	
CENTRO-OESTE	UFGD	1	1	1	1	1	1	0	0	6
	UNB	0	1	1	1	1	1	1	1	7
	UFG	0	0	1	1	1	1	1	1	6
	UFMT	1	1	1	1	1	1	1	1	8
NORDESTE	UFBA	1	0	1	0	1	1	1	1	6
	UFAL	1	0	1	1	1	1	1	1	7
	UFS	0	1	1	1	1	1	1	1	7
	UFC	1	1	1	0	1	0	1	1	6
	UFMA	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFPE	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFRN	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFERSA	1	1	1	1	1	0	1	1	7
NORTE	UNIR	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFRR	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFAM	1	0	1	0	1	1	1	1	6
	UFPA	0	0	0	1	1	1	1	1	5
	UFT	1	1	1	1	1	1	1	1	8
SUDESTE	UFES	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFF	1	1	1	1	0	0	0	1	5
	UFJF	1	0	1	0	1	0	1	1	5
	UFMG	0	0	0	1	1	0	1	1	4
	UFRJ	1	0	0	1	1	0	1	1	5
	UFSJ	0	0	1	0	1	1	1	1	5
	UFU	1	0	1	0	1	0	1	0	4
	UFV	0	1	1	0	1	0	1	1	5
	UFVJM	0	0	1	0	1	0	1	1	4
UNIFESP	0	0	0	1	1	1	1	1	5	
SUL	FURG	0	1	1	1	1	1	1	1	7
	UFPR	0	0	0	1	1	1	1	1	5
	UFRGS	1	0	1	1	1	1	1	1	7
	UFSC	0	0	1	1	0	1	1	1	5
	UFSM	0	1	1	1	1	1	1	1	7
	UFTS	1	1	1	1	1	1	1	1	8
TOTAL POR EMENTA		20	18	28	25	31	24	31	31	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ao analisar os documentos das instituições, não foi possível verificar um padrão seguido pelas universidades na elaboração de suas ementas, ainda que a similaridade para esses resultados

fosse ansiada ao comparar-se universidades federais de uma mesma região. Esse resultado pode estar atrelado ao fato de que os atuais cursos de Ciências Contábeis são organizados de acordo com as orientações da Resolução do CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, a qual instituiu grande autonomia para as IES definirem seus currículos plenos e assumirem a escolha do perfil de seus alunos conforme a demanda do mercado regional (Carneiro *et al.*, 2017).

4.2 Carga horária das disciplinas de CASP

A segunda análise nesse estudo diz respeito à matriz curricular proposta pela FBC quanto à carga horária indicada para as disciplinas, são elas: Finanças Públicas – 60 horas e CASP – 120 horas. Na Figura 1 é apresentado quantas universidades federais atendem à sugestão da matriz curricular da FBC de 180 horas de carga horária total.

Nesse quesito, seis instituições não divulgaram a carga horária das disciplinas analisadas, sendo uma da Região Centro-Oeste e cinco da Região Sudeste.

Observou-se que apenas duas universidades públicas federais ofertam, na sua totalidade, a quantidade de horas sugeridas pela FBC, as quais estão localizadas na Região Norte do Brasil. No entanto, uma delas não obteve um bom desempenho no quesito de conformidade das ementas quando comparada à matriz curricular, e ofertam duas disciplinas com as seguintes nomenclaturas: Orçamento e Contabilidade Pública e Contabilidade Pública Avançada. Já a outra instituição de ensino obteve a pontuação máxima na avaliação da ementa, demonstrando estar de acordo com a matriz curricular da FBC nos dois primeiros quesitos avaliados.

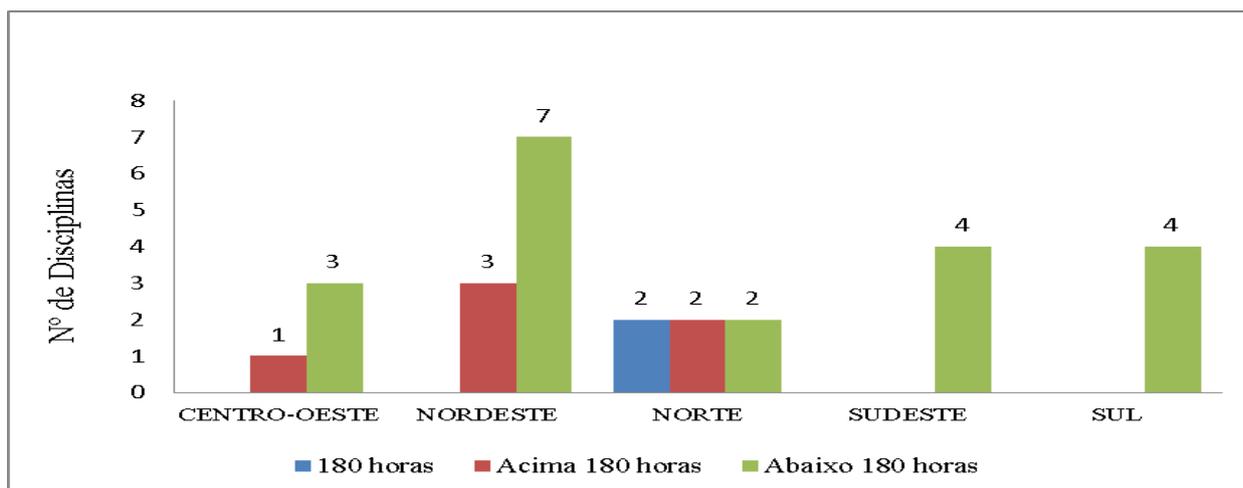


Figura 1. Carga horária das universidades federais quanto à proposta do CFC

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A maioria das universidades federais estudadas (71,43%) ofertam disciplinas com carga horária total menor do que o proposto pela FBC, apesar disso, cerca de 55% dessas instituições abordam em suas ementas os assuntos sugeridos pela matriz curricular.

Sanchez (2016) realizou um estudo a partir da percepção de professores de Contabilidade Governamental sobre as condições de ensino e necessidades da disciplina. Quanto à análise da carga horária, o autor apontou que a maioria dos docentes recomendou uma carga de 160 horas para a disciplina. Além disso, a pesquisa percebeu que as universidades federais que apresentaram maior atualização de conteúdo possuíam maior carga horária dispensada ao ensino da CASP.

4.3 Frequência das disciplinas por nomenclatura adotada

A matriz curricular proposta pela FBC sugere que as IES ofertem duas disciplinas obrigatórias, no que tange à CASP: Finanças Públicas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Em relação às disciplinas optativas, não há sugestões de componentes curriculares.

A análise relacionada às disciplinas da matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis aponta que todas as universidades estudadas apresentam disciplinas relacionadas à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, no entanto, diversas são as nomenclaturas utilizadas, conforme demonstrado na Tabela 3.

Na Região Centro-Oeste foram analisadas 5 universidades federais, destas, apenas uma possui dez semestres e as demais, oito semestres. A quantidade de disciplinas obrigatórias relacionadas à CASP foi de sete, na região, representando uma média de 1,4 componentes por instituição. No que tange às matérias não obrigatórias, também denominadas optativas, foram percebidos sete componentes curriculares.

No Nordeste, foram analisadas dez universidades federais com um total de 28 disciplinas obrigatórias relacionadas à CASP, uma média de 2,8 componentes curriculares por instituição. Adicionalmente, encontraram-se 16 disciplinas optativas. A nomenclatura mais frequente nessa região para o componente foi “Contabilidade Governamental”, com quatro aparições.

Na Região Norte, foram analisadas cinco universidades públicas federais com um total de 16 disciplinas obrigatórias relacionadas ao tema, uma média de 3,2 por universidade, e duas disciplinas optativas. A nomenclatura com maior aparição para o componente curricular também foi “Contabilidade Governamental”.

No Sudeste, foram analisadas dez universidades públicas federais, sendo três com graduação em dez semestres e as demais, em oito semestres. Tais universidades apresentaram um total de 16 disciplinas obrigatórias relacionadas à CASP, com média de 1,6 componentes curriculares e 15 disciplinas optativas.

Por fim, na Região Sul, foram analisadas seis universidades federais, com total de dez componentes curriculares obrigatórios e média de 1,66 disciplinas por instituição, sendo duas disciplinas optativas. As nomenclaturas de maior frequência foram “Contabilidade Pública I” e “Contabilidade Pública II”, com três aparições cada uma.

Tabela 3

Frequência das nomenclaturas para disciplinas

REGIÃO COMPLEMENTOS CURRICULARES	CENTRO- OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
Auditoria Governamental		2	1			3
Auditoria Pública		2	1			3
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	1	1				2
Contabilidade das Instituições Públicas				1		1
Contabilidade de Entidades Governamentais	1					1
Contabilidade e Auditoria Governamental				1	1	2
Contabilidade e Orçamento Público				1		1
Contabilidade Governamental		4	2	3		9
Contabilidade Governamental e Gestão Fiscal				1		1

Contabilidade Governamental I	1	1	1		1	4
Contabilidade Governamental II	1	1	1		1	4
Contabilidade para o Setor Público I		1				1
Contabilidade para o Setor Público II		1				1
Contabilidade Pública		2	1	2	1	6
Contabilidade Pública Avançada			1			1
Contabilidade Pública I		1		2	3	6
Contabilidade Pública II		1		2	3	6
Controladoria na Gestão Pública		1				1
Controladoria Pública		1				1
Controle e Avaliação da Gestão Pública	1					1
Economia do Setor Público			1			1
Elementos da Administração Pública		1				1
Execução da Gestão Pública	1					1
Finanças Públicas		1				1
Orçamento e Contabilidade Governamental		1				1
Orçamento e Contabilidade Pública			1			1
Orçamento e Finanças Governamentais		1				1
Orçamento e Finanças Públicas	1	1	1			3
Orçamento Governamental				3		3
Orçamento Público		2	1			3
Planejamento e Orçamento Governamental			1			1
Planejamento e Orçamento Público		1				1
Planejamento, Orçamento e Controle Governamentais			1			1
Prática Governamental		1				1
Processamento Contábil Governamental			1			1
Sistema de Informação e Accountability Governamental			1			1
TOTAL	7	28	16	16	10	77
MÉDIA DE DISCIPLINAS POR REGIÃO	1,4	2,8	3,2	1,6	1,7	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A nomenclatura mais frequente, com base na amostra analisada, é denominada “Contabilidade Governamental”, sendo utilizada por quatro universidades da Região Nordeste,

três da Região Sudeste e duas na Região Norte. Esse termo, no entanto, não aparece na proposta de matriz curricular da FBC.

4.4 Oferta das disciplinas CASP por período do curso

Outra análise proposta neste estudo, evidenciada na Figura 2, diz respeito ao período em que as disciplinas relacionadas à CASP estão alocadas nos cursos de Ciências Contábeis da IES estudadas. Ao analisar a Figura 2, percebe-se que não há um período padrão regional ou nacional, sendo as disciplinas ofertadas do segundo ao quinto ano. Theóphilo, Sacramento, Neves & Souza (2000) alertam que o fato de não haver indicação normativa acerca dos períodos mais adequados para ensino de uma disciplina deixa margem para que as IES posicionem os componentes em diversos estágios do curso, de acordo com livre entendimento de cada instituição.

Pôde-se notar que a maioria das disciplinas está distribuída entre o terceiro e quarto anos (quinto ao oitavo semestres), com alocação modal do componente no terceiro ano. Em tais períodos, presume-se que os alunos possuam conhecimento suficiente sobre contabilidade e que proporcione uma melhor capacidade de entendimento da sua aplicação ao setor público, uma vez que os conceitos da contabilidade pública vêm se aproximando dos aplicáveis à contabilidade societária.

Slomski (2013) entende que a disciplina CASP deve ser estruturada com base em tudo aquilo que o aluno aprendeu nas disciplinas de Contabilidade Introdutória, Contabilidade Intermediária e Contabilidade Avançada, de modo que, quando ele a estude, não tenha muitas dificuldades.

Sanchez (2016) recomenda que as disciplinas relacionadas à CASP, com carga horária suficiente, sejam ofertadas pelas IES a partir do quinto semestre.

Por último, observa-se que são poucas as universidades públicas federais que chegam até o quinto ano (nono e décimo semestres), e cerca de 4% das disciplinas são ofertadas nesse período.

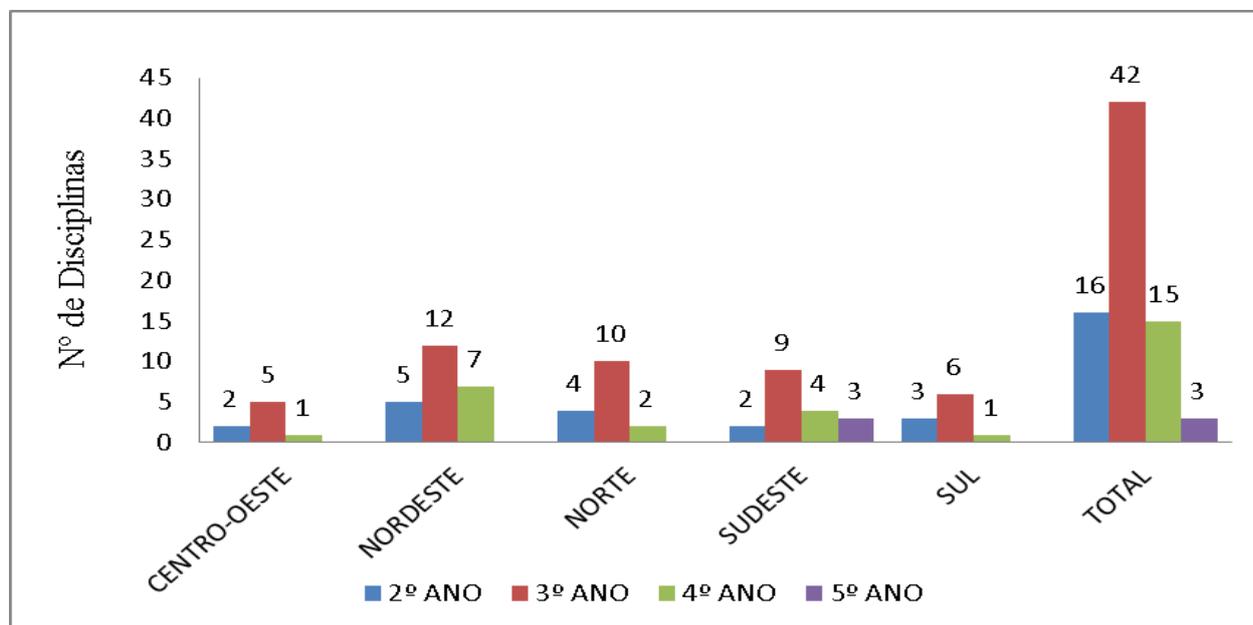


Figura 2. Período em que as disciplinas são ofertadas

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

4.5 Objetivos das disciplinas de CASP e correlatas

Das 36 universidades federais que compõem a amostra deste estudo, apenas 13 divulgaram os objetivos. Esse número é considerado baixo, e assemelha-se com os achados de Paiva,

Machado, Cruz & Sampaio (2016), os quais afirmam que todas as IES deveriam expor os objetivos da disciplina no plano de ensino.

Na Tabela 4, temos a pontuação das instituições analisadas que divulgaram os objetivos das disciplinas relacionadas à CASP, em relação à conformidade dos objetivos à sugestão da FBC. Podemos perceber que o tópico menos frequente é “Entender as principais definições e classificações relacionadas com receita e despesa públicas”. Em contrapartida, quase todas as universidades federais apresentam o tópico “Compreender os fundamentos e os princípios que norteiam a formulação prática de gestão das finanças públicas no Brasil a partir da legislação” nos objetivos.

Tabela 4

Conformidade dos objetivos das universidades públicas federais quanto à matriz curricular proposta pelo CFC

UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL	UFBA	UFERSA	UFMA	UFRN	UFS	UFAM	UFRR	UFT	UNIR	UFES	UFJS	UFU	UFMS	TOTAL POR OBJETIVO
Compreender os fundamentos e os princípios de práticas de gestão	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
Entender definições e classificação de receitas e despesas	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Compreender o conceito de CASP	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	12
TOTAL POR IES	3	3	0	2	2	3	2	2	2	2	2	1	2	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Do total de 13, apenas duas universidades federais apresentaram todos os tópicos sugeridos como objetivos pela FBC, e o objetivo de “Entender definições e classificação de receitas e despesas” foi frequente em três instituições apenas.

Se comparado o desempenho dessas universidades à conformidade de suas ementas, observa-se que a Ufma, que foi um destaque nesse critério de análise, com pontuação máxima, obteve zero nos três tópicos dos objetivos apresentados na matriz curricular da FBC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar, comparativamente, as disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e correlatas, ministradas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis de universidades federais brasileiras, e os preceitos da matriz curricular proposta pela FBC.

Percebeu-se que boa parte das instituições analisadas, ainda que de forma incompleta, oferecem conteúdos propostos pela FBC para o ensino da CASP, mas, pouco oferecem de conteúdos referentes ao componente Finanças Públicas. Evidenciou-se um nível de conformidade entre os currículos que, em média, não pode ser considerado alto, principalmente na Região Sudeste do país. Neste quesito, a Região Nordeste se destaca na similaridade para o ensino de CASP e Finanças Públicas.

Apesar de nove das 36 universidades cumprirem totalmente os conteúdos previstos como ideais pela FBC (oito pontos), a quase totalidade oferece carga horária abaixo do sugerido pelo currículo nacional para a formação do profissional contador. Esse resultado corrobora a opinião dos professores de Contabilidade Governamental, conforme pesquisa de Sanchez (2016).

No que tange ao período de oferta dessas disciplinas, pode-se notar que normalmente, estão distribuídas entre o terceiro e quarto ano (do quinto ao oitavo semestre). Essa alocação está de acordo com a literatura. Nesse período, os alunos estão avançados no curso, têm mais experiência e presume-se ter conhecimento suficiente sobre a contabilidade, o que proporciona uma melhor capacidade de compreensão da CASP.

Quanto aos objetivos das disciplinas relacionadas ao ensino da CASP, somente 13 universidades os apresentaram em suas ementas. Essa postura é criticada em pesquisas relacionadas, que apoiam a importância da exposição dos objetivos de cada disciplina em suas ementas e planos de ensino.

A nomenclatura utilizada pela FBC, difundida pelo CFC em suas normas e apoiada pela literatura para o componente de contabilidade relacionado à área pública é “Contabilidade Aplicada ao Setor Público”, entretanto, a mais frequente na amostra foi “Contabilidade Governamental” com nove aparições (11,69%), seguidas das nomenclaturas: “Contabilidade Pública”, “Contabilidade Pública I” e “Contabilidade Pública II” com seis aparições (7,79%) cada. Nenhuma universidade pública federal analisada está em conformidade com a sugestão do currículo nacional ao nomear suas disciplinas.

Conclui-se que o nível de conformidade entre as ementas utilizadas pelas 36 universidades federais, em média, é baixo. Não bastasse tantas universidades federais terem currículos incongruentes ao padrão sugerido pelo conselho da classe, percebeu-se um claro déficit na quantidade de horas dedicadas às disciplinas que compõem a formação do conhecimento necessário para a atuação dos futuros contadores na área pública e pouca transparência dos objetivos incutidos em cada disciplina.

Considerando o alto nível de complexidade inerente à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade, recém-convergadas ao setor público, é salutar que as escolas de graduação se aproximem desses padrões. A distância de similaridade medida neste estudo não permite afirmar que haja oferta de conteúdos suficientes e atualizados, em quantidade e qualidade, que facilite a obtenção de habilidades e competências esperadas de contadores e possibilite uma atuação eficiente do futuro profissional na área contábil pública.

Este trabalho teve como limitador a falta de padrão de divulgação das matrizes curriculares por parte das universidades públicas federais, como também a não divulgação ou omissão de partes das informações essenciais para compor a análise deste estudo (como ementas e planos de curso), o que impossibilitou o cumprimento do cronograma no prazo estabelecido e dificultou a análise.

Para estudos futuros, sugere-se ampliação da amostra para todas as IES brasileiras reconhecidas pelo Ministério da Educação, com aplicação de entrevistas aos discentes e aos docentes, a fim de verificar o nível do ensino e de conhecimento em CASP de ambos, bem como de profissionais da área.

REFERÊNCIAS

- Alves, D. S. (2014). *Alinhamento entre os conteúdos de contabilidade nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil com os Pronunciamentos Técnicos do CPC harmonizados com as Normas Internacionais de Contabilidade*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo.
- Araújo, M. B. (2012). *Novas tendências da Contabilidade Aplicada ao Setor Público: a percepção dos contabilistas ao processo de convergência*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Bemfica, M. F. C., Araújo, R. H. M., Santos Neto, E. M., & Bemfica, E. A. (2016). Convergências às Normas Internacionais e o Ensino da Contabilidade: uma análise sob a ótica dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis de Pernambuco. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, 4(12), 44-59.
- Carneiro, J. D., Rodrigues, A. T. L., Silva, A. C. R., França, J. A., Almeida, J. E. F., & Moraes, M. L. S. (2017). *Matriz curricular para Cursos de Ciências Contábeis: uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade*. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2016). *Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual*. Brasília.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed.) Porto Alegre: Artmed.
- Christiaens, J. (2004). Capital Assets in Governmental Accounting Reforms: Comparing Flemish Technical Issues with International Standards. *European Accounting Review*, 13(4), 743–770.
- Cruz, N. V. S., Batista, A. B., Andrade, C. M., & Bruni, A. L. (2013). O Ensino da Contabilidade vinculada à área de Custos e Gestão no Curso de Ciências Contábeis no Nordeste Brasileiro: uma análise da adequação da proposta de conteúdos abordados pelas IES às diretrizes do CFC (2009) e do ISAR/UNCTAD/ONU. *Congresso Brasileiro de Custos*, 20.
- Faria, P. M. O., & Leal, E. A. (2016). Análise da temática Contabilidade Gerencial na formação em Ciências Contábeis de IES mineiras à luz do Currículo Mundial e da Proposta Nacional do CFC. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 10(2), 163-180.
- Galera, A. N., & Bolívar, M. P. R. (2007). The contribution of international accounting standards to implementing NPM in developing and developed countries. *Public Administration and Development*, 27(5), 413-425.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.) São Paulo: Atlas.
- Goddard, A. (2005). Accounting and NPM in UK Local Government – Contributions Towards Governance and Accountability. *Financial Accountability & Management*, 21(2), 191-218.
- International Federation of Accountants. (2004). *Public Sector Committee*. Budget Reporting. Recuperado em 18 março, 2019, de <https://www.ifac.org/publications-resources/budget-reporting>

- Nascimento, J. O. D., Santos, S. M. S., Zittei, M. V. M., & Arnosti, J. C. M. (2015). A Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público: uma mudança de Paradigma, a Contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque Orçamentário e Financeiro. *Anais do Congresso UFSC de Controladoria e Finanças*.
- Paiva, A. M., Machado, D. G., Cruz, A. P. C., & Sampaio, G. L. (2016). Contabilidade Fiscal: perfil do plano de ensino das disciplinas ofertadas por cursos de Ciências Contábeis. *Práticas em Contabilidade e Gestão*, 4(1), 30-52.
- Peleias, I. R., Silva, G. P., Segreti, J. B., & Chiroto, A. R. (2007). Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade e Finanças*, 18, 19-32.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Reis, L. G., Slomski, V., Pereira, C. A., & Mello, G. R. (2007). A pesquisa brasileira em Contabilidade do Setor Público: uma análise após a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal. *Revista de Informação Contábil*, 1(1), 89-101.
- Resolução CNE/CSE n.º 10, de 16 de dezembro de 2004*. (2004). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.
- Ridder, H., Bruns, H., & Spier, F. (2005). Analysis of public management change processes: The case of local government accounting reforms in Germany. *Public Administration*, 83(2), 443-471.
- Rodrigues, E. B. M. (2013). *O ensino de Contabilidade Pública em instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- Sanchez, A. C. (2016). *Percepções de professores de Contabilidade Governamental sobre as condições de ensino e necessidade da disciplina em cursos de Ciências Contábeis da região metropolitana da baixada santista*. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Fundação Escola de Comercio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo.
- Santos, M. C., & Castro, R. G. V. (2015). O papel da Contabilidade Aplicada ao Setor Público na tomada de decisões. *Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Bento Gonçalves, 15.
- Silva, R. A., & Oliveira, R. B. (2016). A história da disciplina de Contabilidade Pública no ensino contábil brasileiro: das aulas do comercio (1808) ao ensino superior (1945). *Comunicações*, 23(3), 33-53.
- Silva, V. R., Miranda, G. J., & Pereira, J. M. (2017). ENADE e Proposta Curricular do CFC: um estudo em cursos brasileiros de Ciências Contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11(3), 261-275.
- Slomski, V. (2013). *Manual de Contabilidade Pública: de acordo com as normas internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSASB/ IFAC/CFC)* (3a ed.). São Paulo: Atlas.

- Soares, M., & Domingues, M. J. C. S. (2010). O ensino de Contabilidade Pública: uma análise das ementas da disciplina no Sistema ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais. *Encontro de Administração Pública e Governança*, Vitória, Espírito Santo.
- Secretaria do Tesouro Nacional. (2015). *Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais*. Brasília.
- Tesouro Nacional. (2017). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (7a ed).
- Theóphilo, C. R., Sacramento, C. O. J., Neves, I. F., & Souza, P. L. (2000). O ensino da teoria da contabilidade no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, 11(3), 3-10.
- Torres, L. (2004). Accounting and accountability: recent developments in government financial information systems. *Public Administration and Development*, 24(5), 447-456.
- Viana, C. C., Tamer, C. M. V. S., Abbud, M. E. O. P., & Lima, M. S. (2012). Ensino de contabilidade nas instituições de ensino superior do Amazonas: análise quanto à adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. *Gestão e Aprendizagem*, 1(1), 95-122.